MULTICULTURAS, PLURALIDADES, POLIGAMIA: O CONTEXTO DA LITERATURA MOÇAMBICANA E *NIKETCHE*, DE PAULINA CHIZIANE.

Ana Beatriz Matte Braun
Mestre em Estudos Literários pela UFPR
Doutoranda em Lingüística pela Universidade Eduardo Mondlane em Moçambique

Moçambique é um país de pouco mais de vinte e um milhões de habitantes, situado na costa oriental da África e banhado pelo Oceano Índico. Faz fronteira com a África do Sul, Swazilândia, Malawi, Zimbabwe, Zãmbia e Tanzânia. Sua população é composta de uma diversidade de etnias que podem ser agrupadas no grande grupo dos Bantu, presente por toda África subsahariana.

Contém muitas similaridades com o Brasil. Foi colonizado por Portugal e conquistou sua independência em 25 de junho de 1975. Logo após, passou por um duro período de guerra civil, que durou 16 anos. Sua língua oficial é o português, mas a presença de outras línguas e dialetos é constante, mesmo nos centros urbanos onde a língua portuguesa estabeleceu-se com mais força. Como a grande maioria dos países da África, é de impressionante diversidade lingüística. Apesar de ser a língua oficial do país, o português é de fato língua materna para menos de 5% da população:

> Moçambique é um país multilingüe e multicultural (não apenas multi-étnico). Para além do português que é a língua oficial, e das línguas asiáticas (como o Gujarate, Memane, Hindi e Urdu) que são também faladas nativamente por vários moçambicanos, a grande maioria das línguas faladas em Moçambique pertence ao grupo bantu. Essas são línguas indígenas e constituem o principal estrato lingüístico, tanto com respeito ao número de falantes como em termos da distribuição de línguas pelo território. (LOPES, 2004, p. 18)

A diversidade de Moçambique não se faz somente em termos lingüísticos, mas também em termos de diversidade cultural. Muito antes dos europeus aqui chegarem, a costa moçambicana já era visitada por povos orientais, além da presença de diversas etnias nativas que já habitavam a região. Conviver com a diferença não é novidade por aqui, assim como também não é no Brasil.

Contudo, o panorama literário de Moçambique parece ter se desenvolvido de maneira mais atribulada do que o brasileiro. Ainda existe um debate teórico considerável sobre o que é a literatura moçambicana e quais suas características, ou ainda qual seu momento de desligamento da literatura portuguesa. Há os que ainda contestam a existência de uma

literatura moçambicana nacional, vendo-a ainda como uma variante da literatura portuguesa ultramarina. Outros consideram que ela existe, mas ainda não está satisfatoriamente consolidada. E há aqueles que já enxergam a existência de traços consistentes com uma literatura nacional.

O primeiro momento de atividade sistemática da literatura moçambicana aconteceu, segundo Gilberto Matusse (1998), nas décadas de 50 e 60 do século XX, ainda sob o regime colonial português. O nome mais proeminente dessa geração é o do poeta José Craveirinha. A seguir, vemos surgir, na década de 80, a ficção de Mia Couto (cuja obra é hoje conhecida mundialmente) e de Ungulani ba ka Khosa – os representantes de uma primeira geração literária pós-independência. Há, hoje, vinte anos depois, muitos outros nomes a serem citados.

Cabe aqui o momento de discorrer sobre algumas características da literatura moçambicana. Há, em primeiro lugar, a já mencionada variada formação lingüística do escritor moçambicano. O português se impõe como língua oficial nos centros urbanos, em maiores concentrações demográficas. É a língua dos negócios, da elite, enquanto as línguas nativas e suas variedades são faladas nas ruas, nos negócios informais, em situações cotidianas. Língua e cultura, não esqueçamos, são fatores indissociáveis que interferem decisivamente na formação das identidades. Portanto, a questão que se coloca é a seguinte: em que medida é legítimo o uso do português como língua literária de Moçambique? Pode o colonizado fazer uso da língua do colonizador como ferramenta de busca de sua própria identidade?

Essa é uma primeiras dificuldades que encontramos ao tentar definir o conceito de moçambicanidade na literatura. Outra dificuldade é própria de todas as outras literaturas pós-coloniais: qual o momento de ruptura literária? Tendo havido tal ruptura, em que estágio se encontra Moçambique hoje?

É razoável afirmar, contudo, que o nascimento da literatura de Moçambique vai se dar na medida em que a representação do homem negro toma contornos independentes e maduros daquela representação estereotipada e preconceituosa presente na literatura do regime colonial: "é o aparecimento do homem negro com um estatuto de maioridade emotiva, psicológica e social que irá definir o nascimento da literatura moçambicana." (MATUSSE, 1998, p.23).

Obviamente que este percurso de ruptura representacional não se deu de forma rápida. Houve, assim como no caso das literaturas produzidas na América Latina, necessidade de distanciamento dos padrões coloniais para que alguma autonomia pudesse ser alcançada, sendo necessário lembrar que esse processo depende da busca identitária de um povo. No

caso de Moçambique, a já mencionada interação entre culturas marca a especificidade dessa busca. Assim, não seria possível determinar um único momento de encontro da identidade moçambicana, pois essa se encontra em estado de constante transformação:

> (...) e quanto ao facto de a identidade nacional de países como Moçambique estar em processo de cristalização, parece-nos, contudo, que esse processo de cristalização constitui já uma marca de especificidade de uma determinada sociedade, porque terá necessariamente as suas peculiaridades que determinarão a configuração desse momento em que ela se apresentará plena, se é que assim se pode dizer, pois achamos que se trata de fenômenos dinâmicos, de transformação permanente, o que torna difícil, se não impossível, estabelecer um momento de plenitude. (MATUSSE, 1998, p.15)

Para descobrir quem sou, é preciso descobrir a forma como sou vista. Há uma relação indispensável entre o *eu* e o *outro* para que o ser humano se constitua como um todo. Desta forma, o *outro* é constitutivo em relação ao ser – a pluralidade humana só tem sentido no *um* sendo o complemento necessário do *outro*. (TODOROV, 2003)

Analisar as formas de representação dos indivíduos na literatura colonial é parte do processo de busca identitária. A literatura brasileira também está repleta de exemplos de estereótipos – como, por exemplo, a figura do indígena em romances românticos. Na literatura produzida nas colônias portuguesas na África, o mesmo ocorre em relação ao africano: "o peso do estereótipo determina, por conseguinte, que estas personagens mantenham a sua invariabilidade anímica e comportamental na maioria dos textos, tornando-se, por isso, de uma previsibilidade muitas vezes constrangedora." (NOA, 2002, p.298) Ou seja, há de se encaixar essa figura desconhecida do nativo africano em um molde pré-concebido, dotando-a de características que demonstram a ambivalência dos sentimentos dos colonizadores em relação a eles.

Assim, o que temos são imagens do negro que nos soarão familiar, dada a dimensão que acabaram por tomar, indo além dos textos literários: o negro escravo, bestializado e inferior; o negro obediente que abraça os valores europeus em uma tentativa de se fazer "pertencer"; o negro indolente e preguiçoso, sem moral nem religião; o negro incapaz que precisa da mão paternalista do europeu; em resumo, a dita natureza servil do africano, "representada como qualidade inata e que por sua vez legitima a dominação" (NOA, 2002, p. 306).

Segundo Gilberto Matusse (1998), é somente rebelando-se conta tais imagens e tomando consciência de sua condição de alteridade, de *outro*, que o escritor moçambicano vê "a necessidade de ruptura com o estado de submissão àqueles modelos e a conseqüente

procura dos caminhos para afirmar essa diferença." (p.74). Ainda segundo o autor, são quatro os domínios específicos que apontam para a construção da imagem de moçambicanidade na literatura.

O primeiro deles é a presença explícita de modelos portugueses – modelos de uma cultura de referência e de uma estética já distante da presente. Ou seja, o uso deliberado e não inconsciente do legado deixado pela literatura portuguesa em Moçambique. Em segundo lugar, há de haver a absorção e assimilação de modelos e tradições orais presentes no imaginário cultural africano para que, em terceiro lugar, a imagem da moçambicanidade construída possa se aproximar de outros modelos literários também marcados pela presença de uma matriz colonial (por exemplo, as literaturas latino-americanas). Por fim, as formas que reconhecidamente já expressam a moçambicanidade devem ser passíveis de reprodução por outros autores e obras mais recentes.

E as mulheres? Como analisar sua presença nessa literatura? De que modo a literatura contemporânea ainda reproduz as figuras que povoaram o imaginário colonial?

A perspectiva dos estudos de gêneros pode fornecer ferramentas de análise bastante produtivas neste caso. A presença do negro na literatura colonial, como visto acima, é abundante, porém marcada por estereótipos negativos. No caso da figuras femininas, some-se à questão racial a inferiorização determinada por seu gênero sexual, seu papel de "antimodelos da saga colonial, inequivocadamente androcêntrica e brancocêntrica" (NOA, 2002, p. 316). Diferentemente da mulher branca européia, que pouco e discretamente aparece nos romances coloniais africanos, a negra africana é tema constante de obras que a tratarão como a companheira providencial do branco colonizador, que serve tanto de criada como de objeto sexual. Esse tipo de relação entre brancos e negras, reafirma-se, tem caráter provisório, pois é ilegítima aos olhos dos códigos morais e crenças dos europeus. A descartabilidade dessas mulheres, conferida pela dupla inferioridade racial e sexual, as reduz a quatro tipos de estereótipos recorrentes no imaginário colonial.

De acordo com Noa (2002, p. 319), o estereótipo mais recorrente é o da *negra serva* e submissa, "em relação à qual os atributos físicos são omissos, ou secundarizados, sendo salvaguarda a sua ilimitada dedicação ao homem branco." O segundo tipo de figura é o da chamada *preta-do-mato*, uma nativa com características selvagens que será domesticada pelos brancos, passando por um processo de embranquecimento de costumes e de moral. A terceira figura é a chamada *preta-fêmea*, cujos atributos sexuais se sobressaem, muitas vezes retratada como prostituta. Finalmente, a quarta figura, *a mestiça*, é antagonicamente retratada: ora como mulher lasciva (como a mulher-fêmea), ora como mulata-virtuosa, uma variação da preta-submissa que abraça a imagem da negra com alma branca. Apesar de breve e resumida,

esta exposição deve ter sido suficiente para ativar a memória do leitor que já tenha entrado, mesmo que minimamente, em contato com a literatura colonial.

Depois de tanto tempo aprisionada dentro de territórios tão bem demarcados, o que esperar quando a mulher africana que, de repente, toma para si a palavra e transforma-se em sujeito de suas histórias? Que tipo de tradição literária pode surgir a partir desse legado que retrata a mulher de maneira tão negativa e limitada?

Segundo Chaves e Macedo (2007),

> Nos poucos textos escritos hoje por mulheres nos países africanos de língua portuguesa, o leitor vai poder encontrar os problemas, os sentimentos e a intimidade femininos, abordando desde a marginalização e as tentativas de rebeldia em um mundo de carência (...) até a experiência da solidão e do exílio (...) passando por mulheres que, submetidas a uma tradição que talvez já não corresponda a seu papel na história, revoltam-se e denunciam a opressão, como se vê em *Niketche, uma história de poligamia*, da moçambicana Paulina Chiziane.

É desse romance que pretendo agora brevemente discorrer. *Niketche,uma história de poligamia,* já em sua quinta edição, recebeu o Prêmio Literário José Craveirinha de 2003, dividido o prêmio com o romance *Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra*, de Mia Couto. O texto da apresentação da autora, Paulina Chiziane, na contra-capa do livro, diz o seguinte:

> Dizem que sou romancista e que fui a primeira mulher moçambicana a escrever um romance (*Balada de amor ao vento,* 1990), mas eu afirmo: sou contadora de estórias e não romancista. Escrevo livros com muitas estórias, estórias grandes e pequenas. Inspiro-me nos contos à volta da fogueira, minha primeira escola de arte. Nasci em Manjacaze. Freqüentei estudos superiores que não concluí. Actualmente vivo e trabalho na Zambézia.[2]

A autora, ao apresentar-se, faz questão de destacar uma das características principais das culturas africanas: a oralidade, a transmissão de saber por meio de tradições e crenças, "que refaz e tonifica todo um saber atracado a tradições seculares que a memória coletiva se encarrega de preservar." (NOA, 1998, p. 119) O valor atribuído a esse conhecimento, obtido por meio da integração dos sujeitos constituintes da sociedade, confraternizando ao redor da fogueira, "a primeira escola de arte", contrasta com o saber letrado e acadêmico tão valorizado na sociedade ocidental. Diz Matusse (1998, p.56):

---

2 A Zambézia é uma das dez províncias de Moçambique, situada na região mais ao norte do país. As outras províncias são, a partir do sul: Maputo (onde está localizada a capital de Moçambique, a cidade de Maputo), Gaza, Inhambane, Manica, Sofala, Tete, Nampula, Niassa e Cabo Delgado.

> No caso das literaturas africanas, já é lugar comum indicar o campo das relações entre a oralidade e a escrita como um dos mais fecundos, cumprindo a tradição oral, o papel do elemento autóctone no jogo das interacções da semiose colonial. Radica isso no facto de (...) não existir nas culturas africanas uma tradição de escrita, o que leva a que no centro destas interacções, pelo menos na perspectiva que interessa aos estudos literários, se destaque o estreito convívio entre as tradições escritas transportadas pela colonização européia e as tradições orais indígenas.

Portanto, é necessário ressaltar o quanto essa forma de propagação do conhecimento está intimamente ligada com a maneira de interagir socialmente pelos indivíduos nas sociedades africanas. É uma outra forma de compreender o mundo e seu funcionamento, livre de qualquer compromisso com as amarras da ciência. Não há um programa de estudos, nem divisão científica de disciplinas nessa modalidade. O que há é interação humana, nas quais considera-se o conhecimento plural, assim como é plural a própria constituição cultural do africano.

Partilhar o que se sabe ao redor da fogueira faz recordar uma celebração. Francisco Noa (1998, p. 118) lembra que tal imagem também se faz presente em *Macunaíma*, de Mário de Andrade: "a intercepção de vários saberes (lingüístico, etnográfico, antropológico, histórico e popular) tem um vasto alcance estético e social e faz da disseminação desses saberes uma verdadeira *festa*."

E não há festa sem música. A palavra "niketche" (informa a autora em um glossário nas últimas páginas do romance) quer dizer "dança do amor", nas províncias da Zambézia e em Nampula. O subtítulo do romance*, uma história de poligamia,* ajuda o leitor a construir a imagem mental dessa dança: uma roda onde várias mulheres disputam o amor e atenção de um homem só. Contudo, o fato de esta ser apenas "uma história" (marcada pelo artigo indefinido) parece confirmar o que Paulina Chiziane nos disse em sua apresentação: as histórias sobre a poligamia são muitas, grandes e pequenas, plurais, que podem ser ouvidas de várias outras contadoras ao redor de outras fogueiras espalhadas pela África.

O leitor não familiarizado com a realidade africana não deve se chocar. Qualquer um que acompanhe a vida aqui percebe que a poligamia é prática relativamente comum. Não causa espanto a ninguém ouvir dizer que determinado homem tem duas ou três mulheres. No entanto, é perceptível a leve tensão que a poligamia causa em locais considerados mais ocidentalizados, como os centros urbanos e até mesmo o meio acadêmico. É como se houvesse uma atmosfera de recriminação constante – a poligamia não faz parte do mundo considerado civilizado, o mundo que o africano teve que adotar por força da colonização.

Não se pode pensar, no entanto, que a poligamia está de qualquer forma associada com deteriorização de valores familiares. Lembremos que os nossos valores são os

ocidentais-cristãos, em que a monogamia é o ideal de um casamento e a traição e adultério considerados pecados. A poligamia africana deve ser entendida como uma celebração da família. O africano existe em relação ao seu círculo familiar. É pelo casamento que o indivíduo se faz socialmente, é formando uma família que participa-se da construção da sociedade. Como afirma Kabengele Munanga (2007):

> Com relação ao casamento, ser adulto é, antes de tudo, ser casado, ser pai e ser mãe. Não há nas sociedades africanas o papel social normal previsto para os solteiros. (...) O casamento africano não interessa apenas aos futuros esposos, ele é antes de tudo uma aliança entre dois grupos de parentesco. A primazia da linhagem é claramente indicada durante todas as etapas do longo processo de casamento. A preferência individual é menos importante; existe, mas é menos importante. Uma das características desse casamento é o dote. Sempre vai da família do futuro marido à família da mulher.

Antes de prosseguir, é preciso fazer uma ressalva ao que foi dito acima. Devemos lembrar que o casamento monogâmico é o modelo a ser seguido nas sociedades ocidentais e principalmente nas cristãs. Contudo, o comportamento sexual masculino sempre permitiu-se ser muito mais permissivo do que o das mulheres. Crescemos ouvindo histórias de homens, casados, que cultivavam amantes, ou que se relacionavam com várias mulheres diferentes, tudo isso sob a ótica de que a virilidade masculina deve ser constantemente reafirmada pela quantidade de parceiras sexuais que um homem tem durante sua vida. Ação essa justificada pela tal "natureza promíscua do homem" (seria legítimo falar de uma poligamia não institucionalizada?). Ainda hoje em dia é possível ouvir o eco dessas afirmações deterministas que justificavam práticas sociais com argumentos de ordem biológica. Por outro lado, a moral sexual de uma mulher era (ainda é?) alvo de acirrada vigia por parte dos demais membros da família e mesmo da comunidade, pelo status moral elevado que a castidade feminina lhe conferia.

Obviamente que na contemporaneidade os papéis sexuais se tornaram bem mais flexíveis em grande parte das sociedades. As noções, ora tão rígidas de feminilidade e masculinidade, hoje são mais permeáveis e mutantes, permitindo que façamos escolhas individuais e não mais tenhamos que nos conformar em desempenhar um papel pré-determinado. Já há muito tempo que os estudos de gêneros não se limitam mais a estudar as relações homens e mulheres pela ótica da rigidez de papéis.

E talvez seja esse o grande problema de Rami, protagonista e narradora de *Niketche.* É ela quem toma a palavra e conta sua própria história, de seu marido Tony, e de Ju, Saly, Lu e Mauá – as outras mulheres de seu marido. Ao contar sua própria história e convidar o leitor a refletir com ela sobre o sistema poligâmico, ela nos apresenta a sua visão particular, feminina,

da sociedade moçambicana, passando pela "submissão a que larga parcela das mulheres continua condenada, mas que também constroem situações capazes de indicar a possibilidade de superação de suas limitações sociais." (CHAVES; MACEDO, 2007)

O que acontece quando uma mulher resolve enfrentar o sistema patriarcal vigente e, unindo-se às outras mulheres de seu marido, tomar para si a responsabilidade de definir seu destino? O que pode um indivíduo fazer contra um sistema ancestral? Transcrevo um dos momentos do romance no qual Rami convida o leitor a refletir acerca das vantagens do comportamento masculino:

> Poligamia é o destino de tantas mulheres neste mundo desde os tempos sem memória. Conheço um povo sem poligamia: o povo mácua. Este povo deixou as suas raízes e apoligamou-se por influência da religião. Islamizou-se. Os homens deste povo aproveitaram a ocasião e converteram-se de imediato. Porque poligamia é poder, porque é bom ser patriarca e dominar. Conheço um povo com tradição poligâmica: o meu, do sul do meu país. Inspirado no papa, nos padres e nos santos, disse não à poligamia. Cristianizou-se. Jurou deixar os costumes bárbaros de casar com muitas mulheres para tornar-se monógamo ou celibatário. Tinha o poder e renunciou. A prática mostrou que com uma esposa só não se faz um grande patriarca. Por isso os homens deste povo hoje reclamam o estatuto perdido e querem regressar às raízes. Praticam uma poligamia tipo ilegal, informal, sem cumprir os devidos mandamentos. Um dia dizem não aos costumes, sim ao cristianismo e à lei. No momento seguinte, dizem não onde disseram sim, ou sim onde disseram não. Contradizem-se, mas é fácil de entender. A poligamia dá privilégios. Ter mordomia é coisa boa: uma mulher para cozinhar, outra para lavar os pés, uma para passear, outra para passar a noite. Ter reprodutoras de mão-de-obra, para as pastagens e gado, para os campos de cereais, para tudo, sem o menor esforço, pelo simples facto de ter nascido homem. (CHIZIANE, 2007, p. 94)

A mulher que Paulina Chiziane retrata é uma mulher verossímil, que toma para si a responsabilidade de retratar a sua realidade ficcional de maneira individualizada e subjetiva mas, que necessita para isso, pensar seu papel em sua cultura de maneira geral. O romance abraça, assim, o princípio defendido por Francisco Noa (1998): a literatura é uma forma de contra-poder, uma visão particular do mundo que se contrapõe ao discurso científico, de subjugo e de imposição.

É ressaltando estas características de alteridade que o romance partilha como leitor possibilidades, propostas, e não certezas. Rami e as outras personagens carregam junto a si o peso das representações da mulher negra na literatura colonial, e, da mesma forma que fez a literatura moçambicana, devem primeiro refletir sobre quem é o outro para depois buscarem a si mesmas.

Apesar da poligamia ser o tema que salta aos olhos, o leitor perceberá que as relações entre as personagens femininas também é digna de análise. A competitividade entre as

mulheres do norte e do sul, por exemplo, filhas de culturas distintas que, por conta de uma determinação colonial de demarcação de fronteiras, acabaram juntas em um mesmo país. Lendo os episódios de brigas, disputas e rivalidades entre elas, ecoa a afirmação de Virginia Woolf, em *A room of one's own*: mulheres não gostam de mulheres. Mas como nenhum conceito pode ser afirmado com rigidez, Rami dá provas que essas questões podem ser superadas: ajuda financeiramente as rivais e consegue que todas sejam legitimadas como esposas.

Não se deve perder de vista a complexidade e ambivalência da narradora do romance. Suas características são múltiplas por um motivo óbvio: é produto de uma sociedade construída a partir da pluralidade. O olhar rígido e estático não é capaz de perceber as minúcias entre relações humanas sobre as quais o romance fala. Aliás, creio ser perfeitamente válido fazer uma leitura do romance pela perspectiva dos estudos de gênero. Há de se ressaltar os pontos de convergência dessa leitura com a teoria da construção da feminilidade considerada universal, sem deixar de reconhecer as particularidades da cultura onde o texto de Chiziane se insere.

São muitas as perspectivas de análise possíveis para esse romance, pois os bons textos literários permitem que sua análise seja feita por diferentes ângulos. No caso da literatura moçambicana, as questões particulares de sua formação, aliada às similaridades que apresenta se comparada à literatura brasileira, tornam-a ainda mais interessante.

Referências Bibliográficas

CHIZIANE, Paulina. *Niketche, uma história de poligamia.* Maputo: Editora Ndjira, 2007.

CHAVES, Rita; MACEDO, Tânia. Caminhos da ficção da África portuguesa. In: *Vozes da África* – Biblioteca entre livros. Editora Duetto, edição especial nº 6, 2007.

LOPES, Armando Jorge. *A batalha das línguas*. Perspectivas sobre lingüística aplicada em Moçambique. Maputo: IUEM/Fundação Universitária/UEM, 2004.

MATUSSE, Gilberto. *A construção da imagem de moçambicanidade em José Craveirinha, Mia Couto e Ungulani ba ka Khosa.* Maputo: Livraria Universitária/UEM, 1998.

MUNANGA, Kabengele. O que é africanidade. In: *Vozes da África* – Biblioteca entre livros. Editora Duetto, edição especial nº 6, 2007.

NOA, Francisco. *A escrita infinita* (ensaios sobre a literatura moçambicana). Maputo: Livraria Universitária/UEM, 1998.

NOA, Francisco. *Império, mito e miopia.* Moçambique como invenção literária. Lisboa: Editorial Caminho, 2002.

TODOROV, Tzvetan. Prefácio à edição francesa. In: *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.